



Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"

THIAGO VASCONCELLOS FERNANDES VIANA

POLÍTICAS DE INFLUÊNCIA MACROECONÔMICA

THIAGO VASCONCELLOS FERNANDES VIANA

## POLÍTICAS DE INFLUÊNCIA MACROECONÔMICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis,  
como requisito do Curso Superior de Administração

Orientador: Prof. Reynaldo Campanatti Pereira

Área de concentração: Administração

Assis  
2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

VIANA, Thiago Vasconcellos Fernandes Viana

Políticas de influência macroeconômica / Thiago Vasconcellos Fernandes Viana.  
Fundação Educacional do Município de Assis - FEMA - Assis, 2016.

41 pag.

Orientador: Prof. Reynaldo Campanatti Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis –  
IMESA.

1. Políticas econômicas. 2. Macroeconomia.

CDD: 658

Biblioteca da FEMA

# POLÍTICAS DE INFLUÊNCIA MACROECONÔMICA

THIAGO VASCONCELLOS FERNANDES VIANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso Superior de Administração, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Prof. Reynaldo Campanatti Pereira

Analisador: José Carlos Cavassini

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que me ajudaram e me incentivaram nesse projeto.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a FEMA, pelos anos de aprendizado obtidos, ao meu orientador, pelo esforço e empenho nesse projeto e todos os amigos e familiares que contribuíram para minha chegada até aqui.

## RESUMO

Em uma sociedade globalizada, a economia dos países é cada vez mais interligada, trazendo com isso a necessidade de ações executadas pelo governo para manter a economia forte e estável diante do mundo.

Esse trabalho busca mostrar os instrumentos utilizados pelo governo para manter a economia estável, e como elas impactam a sociedade, ou seja, qual sua consequência para a economia do país e do mundo e como isso influencia à tomada de decisões das empresas e da sociedade.

Palavras-chaves: políticas econômicas, macroeconomia, economia

## ABSTRACT

In a globalized society , the economy of the country is increasingly interconnected , bringing with it the need for actions taken by the government to maintain strong and stable economy to the world .

This work aims to show the instruments used by the government to maintain a stable economy, and how they impact society , that is, what its consequences for the economy and the world and how it influence the decision making of enterprises and society.

Keywords: economic policies, macroeconomics, economy

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. INTRODUÇÃO A MACROECONÔMIA .....</b>	<b>11</b>
<b>3. POLÍTICA FISCAL .....</b>	<b>17</b>
3.1 RECEITA DO GOVERNO .....	18
3.2 DESPESAS DO GOVERNO .....	19
3.3 ORÇAMENTO DO GOVERNO .....	20
<b>4. POLÍTICA MONETÁRIA.....</b>	<b>22</b>
4.1 RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO.....	23
4.2 REDESCONTO BANCÁRIO .....	24
4.3 OPERAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS.....	25
4.4 CONTROLE E SELEÇÃO DE CREDITO E DOS JUROS.....	26
<b>5. POLÍTICA CAMBIAL .....</b>	<b>27</b>
5.1 REGIME DE CÂMBIO FLEXÍVEL .....	28
5.2 REGIME DE CÂMBIO FIXO.....	29
5.3 REGIME DE CAMBIO FLEXÍVEL ADMINISTRADO .....	31
<b>6. POLÍTICA DE RENDAS .....</b>	<b>33</b>
6.1 BOLSA FAMÍLIA .....	34
6.2 SALÁRIO MÍNIMO .....	34
6.3 POLITICA DE PREÇOS MÍNIMOS .....	35
6.4 SEGURO DESEMPREGO .....	35
<b>7. CONCLUSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA.....</b>	<b>39</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A sobrevivência no mundo globalizado tem sido cada vez mais difícil para os países, principalmente para aqueles em desenvolvimento, que almejam alcançar o patamar dos países desenvolvidos.

Essa busca por um lugar de destaque no mundo é o que move essas nações, porém essa busca incessante causa muita “turbulência” na economia, o que exige do governo medidas para superar esses momentos e avançar rumo ao crescimento.

O governo tem grande porcentagem de influência na economia e isso o torna um agente de peso no cenário econômico, e como sua função básica é o bem-estar da sociedade, cabem a ele tomar as decisões sobre a direção da economia.

E este é o principal objetivo buscado com esse trabalho, mostrar as políticas que os governos possuem a disposição e suas consequências para o país e para a sociedade.

Um tema bem atual devido ao atual cenário econômico do Brasil, desenvolvido a partir de uma reflexão de como enfrentar uma crise e como é possível evitar futuros períodos de recessão econômica.

Esse trabalho foi dividido pelas principais políticas econômicas, definindo cada uma delas através de seus instrumentos e suas consequências para o mundo, o país e a sociedade.

## 2. INTRODUÇÃO A MACROECONÔMIA

A política é uma ciência que visa à tomada de decisões de um grupo para alcançar determinados objetivos, como ideais de justiça, igualdade, liberdade, felicidade, fraternidade, autodeterminação. Também pode ser definida como o exercício do poder para resolução de um conflito de interesses, se todos pudessem ter aquilo que desejam, não existiria política.

O termo tem origem no grego "politiká", uma derivação de "polis" que designa aquilo que é público, ou seja, a palavra política geralmente está ligada ao que diz respeito ao espaço público.

Política s.f. 1. Arte de governar os Estados e regular as relações que existem entre eles. 2. Sistema particular de um governo. 3. Princípios políticos de um indivíduo, de um jornal, etc. 4. Habilidade no trato das relações humanas, com o fim de obter o que se deseja; 5. (P. ext.) Civilidade; cortesia. 6. Astúcia; esperteza. Po.lí.ti.ca (KURY, 2001, p.613)

O sistema político é uma forma de governo que engloba instituições políticas para governar uma determinada nação, o sistema político está basicamente associado ao monopólio do uso da força legítima dentro de uma sociedade. Podendo ser uma monarquia (nação que possui um monarca como líder de estado, rei e a família real, ou seja, monarquia é o mesmo que realeza. A monarquia hereditária é o sistema mais comum de escolha de um monarca), uma república (nação que o chefe de Estado é eleito pelos representantes dos cidadãos ou pelos próprios cidadãos, exercendo sua função por um tempo determinado, república deriva do latim "res publica", que pode ser traduzida como "assunto público") ou parlamentarista (nação onde o primeiro ministro é o chefe de estado, o qual é indicado por um parlamento).

Visando o bem da sociedade, os governos utilizam estratégias políticas para controlar a economia do país, assim, pode se dizer que as medidas adotadas no âmbito da política econômica afetam de maneira constante a vida dos cidadãos.

A economia é uma ciência social que estuda a produção, distribuição e consumo de bens e serviços. Em uma análise mais geral, analisando o comportamento dos grandes agregados como renda e produtos, níveis de preço, emprego e desemprego, estoque de moeda, taxa de juros, balança de pagamentos e taxa de câmbio, se vê a necessidade de ações tomadas pelo governo para zelar pelos interesses e o bem estar da comunidade em geral, já que o governo é uma forma representativa das vontades da sociedade.

Desde que se existe comércio, existiu economia e conseqüentemente existe a política, a globalização aproximou os países de forma que suas economias se tornaram co dependentes e os países passaram a ter maior dificuldade em controlar suas economias. Assim surgiu a Política Econômica, que consiste num conjunto de ações do governo para atingir certos objetivos relacionados à situação econômica do país.

A economia é um sistema de oferta e demanda que em alguns momentos tende a entrar em colapso, e o objetivo desse trabalho é mostrar as ferramentas usadas pelos governos para exercer certo controle sobre a economia do país, de forma a manter uma economia equilibrada e estável.

Nos dias atuais vivemos em um mundo dominado pela globalização, e tem sido cada dia mais difícil ter controle sobre a economia e poder se fazer previsões sobre seu destino.

Se em virtude de algum choque exógeno (mudança de gostos, mudança nos termos do comércio internacional, mudança da taxa de juros internacional etc) ocorreu um desvio em relação a esse nível, as autoridades vão precisar escolher os instrumentos e calibrá-los para que a economia volte ao nível ideal. (SACHS & LARRAIN, p.665)

Para essa finalidade, o setor público, enquanto um agente econômico de peso dentro do sistema econômico procura atuar sobre determinadas variáveis e através destas alcançar determinados fins tidos como positivos para a população.

O governo, junto ao Banco Central, então usam ferramentas para poder manter a economia do país viva e sem crise. Usam ferramentas políticas para controlar as taxas de juros, as entradas e saídas de mercadorias, a faixa salarial, etc, como forma de conter a inflação e manter o crescimento econômico do país.

O Banco Central é uma instituição cujo objetivo é garantir a estabilidade econômica e o poder aquisitivo da moeda, faz isso interferindo no mercado financeiro com a venda de papéis do tesouro, regulando os juros (é o papel mais visível, mas isso não quer dizer q o Banco Central define a taxa de juros, ele interfere nela com a injeção ou retirada de moeda no mercado) e avaliando a situação econômica do país, segundo Dornbush & Fischer (1991, p.445) o Bacen tem uma parte (a mais importante) na determinação da oferta monetária. A interação entre as ações do público, dos bancos e do Bacen determina a oferta monetária.

Atua como banqueiro do governo guardando suas reservas de moeda, além de ter o monopólio de emissão de papel moeda do país. Ele também provê empréstimos a membros do sistema financeiro, com o a intenção de evitar a liquidez ou até mesmo falências que acarretariam uma reação em cadeia de falências bancárias.

O Banco Central norte-americano (Federal Reserve) e o Banco Central Europeu (BCE) são os mais autônomos ao governo, do mundo, já o Banco Central do Brasil tem forte ligação ao Ministério da Fazenda, sua autonomia vem sendo discutida.

A taxa de juros aplicada pelo Banco Central tem como finalidade impactar diretamente a inflação, que é a perda de valor da moeda no mercado,

causando um aumento generalizado nos preços da economia, segundo Dornbush & Fischer (1991, p.11) a taxa de inflação é a taxa percentual do aumento do nível de preços durante um dado período.

Esse aumento de preços é causado por uma série de fatores, como falta ou excesso de moeda no mercado, falta de produtos básicos, alta na taxa de juros, aumento salarial desproporcional à produção, entre outros fatores, como mostrado na imagem:



Fonte:

<http://estaticog1.globo.com/2013/05/inflacao/page4/images/006graficoPqOsPrecosSobem.jpg>

Não se podem cometer erros, por isso a necessidade de se tomar a decisão certa na hora de escolher a melhor medida para manter a economia forte e estável.

As políticas econômicas têm como objetivo afetar a economia como um todo, para o bem estar da população, segundo Troster (2004, p.178), a política macroeconômica é a integração do conjunto de medidas governamentais destinadas a influir sobre a marcha da economia no seu conjunto, cujo objetivo

é o controle da inflação, redução do desemprego e promoção do crescimento econômico.

Alguns textos colocam também como meta o equilíbrio no balanço de pagamentos, mas consideramos que esse não é um objetivo em si mesmo, mas um meio, um instrumento de política econômica condicionando a alguma ou algumas das metas citadas acima. (VASCONCELLOS, 2002, p.188)

Cabe ao setor público regular a atividade econômica mediante leis e disposições administrativas. Com isso, torna se possível o controle de alguns preços, monopólios e ações danosas ao direito do consumidor.

O setor público também deve prover ou facilitar o acesso a bens e serviços essenciais, tais como educação, saúde, defesa, segurança, transporte e justiça.

As políticas econômicas devem atingir e vir a beneficiar os mais necessitados da sociedade. Com isso, modificar a distribuição de renda e riqueza, a igualdade social deve ser uma prioridade a ser buscada pelos órgãos públicos.

Os formuladores de políticas econômicas devem estar preocupados em controlar/estabilizar os grandes agregados, como a taxa de inflação, taxa de desemprego e nível de produção, com a intenção de beneficiar a população.

Tudo consiste em um conjunto de ações governamentais que são planejadas para atingir determinado objetivo, relacionados à atual situação econômica do país.

Em primeiro lugar, a autoridade precisa especificar as metas da política econômica, geralmente em termos da função do bem-estar social que esta tentando maximizar. Com base nessa função, identificam-se os objetivos que se quer atingir. Em segundo lugar, é preciso especificar os instrumentos de política que estejam disponíveis para atingir as metas. Em terceiro lugar, é preciso ter um modelo da economia que relacione os instrumentos com as metas para que se possa escolher o valor ideal dos instrumentos políticos. (SACHS & LARRAIN, p.664)

Para que essas metas e objetivos sejam alcançados de forma eficaz, o governo utiliza-se de um conjunto de políticas e instrumentos econômicos, que buscam o pleno emprego e a meta de inflação baixa, que serão apresentados nos próximos capítulos.

### 3. POLÍTICA FISCAL

A política fiscal é um dos principais determinantes do crescimento econômico, já que cada componente do estado (carga tributária, gastos públicos e a dívida pública), causa grande impacto na economia, que afetam propulsores do crescimento econômico em longo prazo.

A política fiscal representa o conjunto de medidas com o objetivo de equilibrar os gastos e as receitas dos governos. Desempenhando papéis como em uma empresa, os governos também devem controlar seus gastos e os adaptarem às suas receitas. (BM&FBOVESPA, 2012, p. 9)

A política fiscal é a forma como o governo manipula os tributos e os gastos para causar certa influência na economia. Muito utilizada para neutralizar as tendências à depressão e a inflação.

A Política Fiscal pode ser denominada expansiva, quando o objetivo é estimular a produção e reduzir o desemprego, usada quando há necessidade de estimular o crescimento econômico. Porém ao se utilizar esse tipo de Política Fiscal, tende a aumentar o déficit e aumentar a inflação. É realizada uma descida de impostos, por forma de aumentar o rendimento disponível e estimular o consumo.

E restritiva, quando usada com o objetivo de desacelerar o crescimento da demanda agregada que ocorre quando os estoques desaparecem e os preços sobem, e a inflação começa a sair de controle. Os mecanismos usados são opostos ao da Expansiva, redução das despesas públicas e elevação dos impostos, de e forma a abaixar a demanda agregada e a produção. Com isso há redução no padrão de consumo causando a baixa da demanda.

O governo deve alterar o volume das receitas e gastos públicos através de instrumentos fiscais. A atuação do governo através da política fiscal busca alcançar a estabilidade e o crescimento econômico da sociedade em geral, segundo Sachs & Larrain (p.210) a maioria dos aspectos da política fiscal é determinada pelo orçamento governamental, que estabelece a maior parte da receita e dos gastos do setor público num determinado período.

### **3.1 RECEITA DO GOVERNO**

A receita pública é basicamente a arrecadação de moeda para custear as despesas e os investimentos públicos, segundo Froyen (1999, p. 79) o governo tem três fontes de recurso: a tributação, à venda de títulos públicos (empréstimos de recursos públicos) ou o financiamento pela criação de moeda.

A tributação incide sobre a sociedade em forma de imposto, contribuição e taxa e são as fontes mais importantes de receita pública.

Os impostos são pagos por pessoas físicas e jurídicas e incidem sobre os salários, lucros, ganhos de capital, patrimônio, etc. Os impostos não são vinculados a gastos específicos, cabendo ao setor público definir o destino da sua arrecadação.

Os impostos podem ser classificados em duas categorias, os impostos diretos que incidem diretamente sobre a renda das unidades familiares e das empresas. IRPF (Imposto de Renda de Pessoa Física) e IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), por exemplo. E os impostos indiretos, que são os impostos cobrados a produtores e comerciantes, incidem sobre os produtos e serviços que as pessoas consomem ou utilizam, atingindo-os indiretamente, pois estes impostos são repassados para o preço final do produto ou serviço. ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), por exemplo.

Em princípio, tanto o imposto direto como o indireto podem ter um sentido progressivo ou regressivo, desde que, no primeiro caso, a rendimentos maiores correspondam imposições tributárias proporcionalmente mais elevadas. (CASTRO & LESSA, 1974, p.96)

Já as contribuições são destinadas a um fim específico, o que as diferenciam dos impostos, e são divididas em dois grupos, as especiais, que é destinada a um determinado grupo, como por exemplo, o PIS (Programa de Integração Social), e a contribuição de melhoria, que ocorre resultante de uma melhoria ao contribuinte, como por exemplo, o asfaltamento de uma determinada rua, isso gera uma valorização no valor do imóvel.

E a taxa é cobrada por uma prestação de serviço do setor público, sendo cobrada exclusivamente do usuário desse serviço, como por exemplo, a taxa de Licenciamento Anual de Veículo.

Os títulos públicos são emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar a dívida pública. Funciona como um empréstimo ao governo, em troca de receber o valor que emprestou, mais os juros acrescidos sobre esse valor.

### **3.2 DESPESAS DO GOVERNO**

As despesas do governo são como as de uma empresa ou uma casa, o governo tem como gastos os salários, administração pública, funcionalismo civil e militar. As transferências, que são os benefícios pagos pelos institutos de previdência social, sob a forma de aposentadoria, salário escola, FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), seguro desemprego e benefícios para veteranos de guerra.

Além dos subsídios, apoio financeiro concedido pelo governo a uma instituição ou pessoa, a fim de estimular o desenvolvimento, tanto social como econômico.

A destinação clássica dessa categoria de despesa pública é a de permitir que os compradores dos bens e serviços subsidiados gozem do benefício de um preço mais reduzido, em relação àquele que, na ausência do subsídio, normalmente se fixaria no mercado. (ROSSETTI, 1987, p.268)

O governo investe com a aquisição de novas máquinas e equipamentos, construção de estradas, pontes e infraestrutura, o que gera gastos aos cofres públicos, porém tem um retorno futuro.

Há também os juros sobre a dívida pública, o governo contrai dívida pública para solucionar problemas de liquidez, o que acarreta em juros sobre o valor da dívida.

### **3.3 ORÇAMENTO DO GOVERNO**

O resultado das operações de receita menos os gastos do setor público representam o orçamento do governo, podendo ser classificado em três esferas: Orçamento equilibrado, que ocorre quando o total das receitas em valores monetários de um determinado período for exatamente igual ao total de gastos em valores monetários.

Orçamento superavitário, que é quando as receitas superam os gastos em valores monetários em um determinado período.

Orçamento deficitário, quando as receitas são inferiores aos gastos em valores monetários em um determinado período.

Quando o orçamento do governo está em déficit, a dívida nacional aumenta – o estoque de direitos contra o Tesouro aumenta. Quando o orçamento está em superávit, a dívida pública decresce. (DORNBUSCH & FISCHER, 1991, p.691)

O resultado do setor público pode ser dividido em duas contas: Superávit/Déficit primário ou fiscal, quando o saldo positivo/negativo alcançado quando a receita do governo é superior/inferior aos seus gastos. É a diferença entre os gastos públicos e a arrecadação tributária em um determinado período, independente dos juros e da correção da dívida passada.

E o Déficit operacional (NFSP - Necessidade de Financiamento do Setor Público), que se calcula pelo resultado primário, acrescido dos juros da dívida passada.

Quando o Tesouro Nacional, grande responsável pelas contas do setor público, registra um caso de déficit, o governo deve determinar como será o financiamento/pagamento desse excesso de gastos.

O déficit do setor público pode ser financiado por duas principais fontes de recursos uma é a emissão de moeda, o Banco Central, nesse caso, cria moeda para financiar a dívida do tesouro. Esse procedimento é conhecido como monetização da dívida, e a outra é a venda de títulos da dívida pública ao setor privado (interno ou externo), o governo oferta títulos em troca de moeda para financiar a dívida atual. Esse financiamento tende a aumentar o déficit operacional devido ao pagamento dos juros.

Contudo, se houver um descontrole, a inflação é uma consequência inevitável devido ao grande volume de moeda, o que gera sua desvalorização.

## 4. POLÍTICA MONETÁRIA

Política monetária é a forma que o governo usa para garantir o equilíbrio do sistema econômico por meio do controle da oferta de moeda e da taxa de juros.

A política monetária pode ser ativa ou passiva, a política monetária ativa tem o objetivo de controlar a oferta de moeda, sendo assim a taxa de juros oscila para determinar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de moeda. Já a passiva tem como objetivo determinar a taxa de juros. Neste caso o governo, tanto por meio de Redesconto como pela remuneração de títulos públicos, tenta determinar a taxa de juros, deixando a oferta de moeda variar para manter a taxa de juros.

Cabe destacar que em um sistema econômico, moeda representa os meios de pagamento. Estes na sua forma líquida podem ser representados pelo papel moeda e pelos depósitos a vista nos bancos comerciais. Tanto as cédulas/moedas metálicas quanto os valores existentes nas contas bancárias representam os meios de pagamento.

A moeda tem um papel fundamental em todas as economias modernas. Como o dinheiro aparentemente é uma característica normal da vida econômica, geralmente não pensamos como seria nossa vida sem ele. Na realidade, ela seria bastante limitada, e até as operações mais simples de compra e venda seriam complicadas e demoradas. (SACHS & LARRAIN, p.247)

A política monetária ao controlar os meios de pagamento, está visando estabilizar o nível de preços geral da economia. Os governos que tem necessidade de diminuir a taxa de inflação reduzem a oferta monetária e aumentam a taxa de juros. Esse mecanismo controla o nível de preços, mas se

as taxas de juros permanecerem elevadas por um período muito longo, a economia tende a deixar de elevar o crescimento econômico.

A lógica da política monetária consiste em controlar a oferta de moeda (liquidez) para determinar a taxa de juros.

Para controlar a moeda e a taxa de juros as autoridades monetárias (Banco Central, por exemplo), utilizam-se do Recolhimento Compulsório, Redesconto Bancário, Operação de títulos Públicos e o Controle e Seleção de Crédito.

Os três instrumentos tradicionais de política monetária são a taxa de juros no mercado de reservas bancárias, a taxa de redesconto e as alíquotas das reservas compulsórias sobre os depósitos do sistema bancário. (FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA, p. 2)

Com esses instrumentos o governo tem disponíveis as possibilidades de aumentar o valor da moeda, caso contrário, aumentar a quantidade de moeda na economia.

#### **4.1 RECOLHIMENTO COMPULSÓRIO**

O Recolhimento Compulsório é um depósito obrigatório realizado pelos bancos comerciais junto ao Banco Central, segundo Sachs & Larrain (p.285) por lei uma parte dos depósitos dos bancos comerciais precisa ser mantida como reserva no Banco Federal de Reservas.

É calculada uma taxa para esses depósitos, sendo ele quem fixa essa taxa de recolhimento. Taxa esta que é variável e varia de acordo com os interesses do governo em acelerar ou não a economia.

Quando se vê a necessidade de aumentar a circulação de moeda, a taxa é diminuída e com isso os bancos comerciais ficam com mais moeda e por consequência disso passam a oferecer mais crédito, com o aumento da taxa ocorre o inverso, os bancos comerciais passam a possuir menos moeda, o que diminui seu limite de crédito.

## **4.2 REDESCONTO BANCÁRIO**

O Redesconto Bancário é um instrumento de controle monetário, no qual o Banco Central oferta empréstimos aos bancos comerciais, chamados de empréstimos de assistência à liquidez, são usados pelos bancos comerciais quando existe uma insuficiência de caixa. É um mecanismo que socorre os bancos comerciais com problemas de liquidez.

O banco central concede empréstimos diretamente para empresas privadas em setores prioritários, geralmente agricultura. Nessas situações, o banco central desempenha não apenas o papel de autoridade monetária, mas também de banco comercial. (SACHS & LARRAIN, p.284)

Quando o objetivo é aumentar a circulação de moeda, o Banco Central baixa a taxa de juros para estimular os bancos comerciais a pegar esses empréstimos e com isso aumentar sua disponibilidade de crédito. Para diminuir o volume de moeda, ele aumenta a taxa de juros, causando uma queda na disponibilidade de crédito, por parte dos bancos comerciais.

### 4.3 OPERAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS

Um dos instrumentos mais eficazes da Política Monetária, a Operação de Títulos Públicos, consegue equilibrar a oferta de moeda e a taxa de juros, em curto prazo.

O Banco Central compra e vende títulos públicos de acordo com a sua necessidade de mercado, se a necessidade for aumentar a circulação de moeda, ele resgata títulos públicos do mercado, caso seja de diminuir a circulação de moeda e aumentar a taxa de juros, ele oferta os títulos disponíveis, segundo Sachs & Larrain (p.283) o modo básico como os bancos centrais alteram a quantidade de moeda em circulação na economia é a compra de ativos.

Exemplo 1: O Banco Central compra títulos públicos do mercado, fazendo o pagamento em reais. Nesse caso a oferta de moeda aumenta, pois o Banco Central está retirando um ativo (título) que não é meio de pagamento e fornece ao mercado um ativo líquido (moeda). Essa operação em grande quantidade tem como objetivo aumentar a oferta de moeda e conseqüentemente diminuir a taxa de juros do mercado.

Exemplo 2: O Banco Central vende títulos públicos ao mercado, recebendo em reais. Ocorre o inverso do Exemplo 1. O Banco Central está ofertando um ativo menos líquido (títulos) e retirando do mercado econômico um ativo mais líquido (moeda). Essa operação, realizada em grande escala, tem como finalidade diminuir a oferta monetária e conseqüentemente aumentar a taxa de juros e com isso controlar o nível de preços.

Portanto os títulos públicos tornam-se uma ótima opção de investimento a sociedade, além de captarem recursos para o financiamento da dívida pública.

#### **4.4 CONTROLE E SELEÇÃO DE CRÉDITO E DOS JUROS**

Instrumento não muito utilizado, o Controle e Seleção de Crédito, refere-se ao controle direto sobre o crédito, através de taxas, períodos e restrições.

A instrumentação monetária clássica, constituída pela fixação de taxas de reserva, pelo redesconto de liquidez e pelas operações de mercado aberto, é geralmente complementada por todo um conjunto de regulamentações diretas baixadas pelo Banco Central, com a finalidade específica de controlar o volume do crédito e os níveis das taxas de juros, bem como dirigir as operações de crédito para direções ajustadas à política e à programação econômicas em curso. (ROSSETTI, 1987, p.284).

Não um instrumento muito convencional, pois pode gerar distorções no livre funcionamento do mercado e desestimular a atividade econômica.

## 5. POLÍTICA CAMBIAL

A política cambial é usada pelos governos para estabilizar a moeda nacional. Ela é constituída pela administração das taxas de câmbio tendo como objetivo central o mercado externo, no sentido de equilibrar o poder de compra do país em relação aos outros, com os quais mantem relação de comércio.

Nas economias dos países sempre há questões a respeito de qual a política cambial mais eficiente para estabilizar a economia interna, contribuir com as transações internacionais e estabilizar as contas externas do país. (VIVIAN & FERNANDO, 2006, p. 31)

O mercado de câmbio (divisas) é formado pelos diversos agentes econômicos que compram e vendem moeda estrangeira, conforme suas necessidades. Empresas que vendem mercadorias ou ações no exterior estão aumentando a oferta de moeda estrangeira, em particular o dólar, pois sua receita ocorre em moeda estrangeira. Empresas que compram bens ou ações no exterior estão demandando moeda estrangeira (dólar), pois seus gastos ocorrem em dólares. Nesse sentido, o preço da moeda estrangeira em relação à moeda nacional é determinado nesse mercado. Esse preço é chamado de taxa de câmbio.

As relações econômicas, comerciais e financeiras dos agentes de um determinado sistema econômico, com os agentes de outro sistema econômico (normalmente país), são registradas na Balança de Pagamentos. Eventuais déficits na Balança de Pagamentos são decorrentes do fato de a entrada de moeda estrangeira (dólares), ser inferior a saída de moeda estrangeira.

Isso é resultado de dois desequilíbrios, o primeiro é que se exportam menos bens e serviços do que se conseguem exportar, resultando em uma maior saída de moeda estrangeira, do que uma entrada.

O segundo é causado pelo lado financeiro, onde não se conseguem atrair recursos (dólares) em quantidade suficiente para pagar as contas em dólar.

As empresas que participam do comércio internacional dependem substancialmente da taxa de câmbio, por isso, entender esse mercado é fundamental.

Caso o câmbio esteja a R\$ 2,50, significa que são necessários R\$ 2,50 reais para comprar um dólar. Se este subir para R\$ 3,00 por dólar, ocorreu uma desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira. O preço da moeda estrangeira elevou-se.

Se o preço sobe devido a um aumento da demanda por dólares, dizemos que ocorreu uma desvalorização do Real frente ao Dólar. Precisa-se de mais reais para comprar a mesma quantidade de dólares.

Se o preço desce devido a um aumento da oferta de dólares, dizemos que ocorreu uma valorização do Real frente ao Dólar. Menos reais serão necessários para comprar a mesma quantidade de dólares.

As empresas nacionais que interagem no comércio internacional dependem substancialmente dessa taxa de câmbio.

## **5.1 REGIME DE CÂMBIO FLEXÍVEL**

Neste caso não há intervenção do Banco Central no mercado. O preço da moeda estrangeira, ou a taxa de câmbio, é determinado exclusivamente pela interação entre oferta e demanda.

Nesse regime cambial, cabe ao Banco Central controlar a taxa básica de juros e a base monetária, dessa forma a taxa de câmbio flutua diariamente de acordo com a oferta e a demanda de moeda estrangeira.

A taxa de câmbio é formada pela interação dos agentes econômicos, não havendo a necessidade do país possuir reservas internacionais, pois caso haja uma fuga de moeda estrangeira, causada por uma deterioração de economia

ou da política, imediatamente a taxa de câmbio se desvaloriza, desestimulando as importações, estimulando as exportações e barateando investimentos em compra de ações para estrangeiros, fazendo com que a moeda estrangeira retorne.

Todas as flutuações na demanda e na oferta de moeda estrangeira acomodam-se por meio da alteração e preço da moeda estrangeira em relação a nacional. O banco central define a oferta monetária sem se comprometer com uma taxa cambial específica e, depois, permite que ela flutue em resposta aos distúrbios econômicos. (SACHS & LARRAIN, p328)

Esse regime não tem funcionalidade em países ainda em desenvolvimento, com instabilidade monetária ou política, e onde o Banco Central não é confiável. Nesses países qualquer sinal de novas instabilidades fará com que a taxa de câmbio não flutue e afunde, gerando inflação.

Com isso nem mesmo as exportações são estimuladas, pois a inflação afetaria severamente os custos do setor industrial, e conseqüentemente a taxa de câmbio irá se desvalorizar mais ainda, deixando os investidores sem motivos para se arriscarem e investirem dinheiro naquele país.

Esse regime cambial funciona muito bem para países desenvolvidos, que possuem grande estabilidade política e econômica, como é o caso dos Estados Unidos.

## **5.2 REGIME DE CÂMBIO FIXO**

Este regime representa um caso de controle extremo do mercado. O Banco Central deve estar constantemente regulando o mercado. Caso exista um excesso de procura/demanda por dólares, este deve vender dólares ao

mercado para que o câmbio não se desvalorize. Essa alternativa busca controlar o nível de preços internos, fortalecendo a moeda nacional, pois está fixada a uma taxa determinada de câmbio, segundo Sachs & Larrain (p.327) nas operações com taxa de cambial fixa, o Banco Central troca moeda nacional por moeda estrangeira (ou vice-versa) para estabilizar a taxa de câmbio.

Controlar o mercado de câmbio exige do Banco Central certo nível de reservas de moeda estrangeira. Se esse regime sofrer uma fuga significativa de capitais, o Banco Central irá perder muitas reservas e conseqüentemente pode levar a desvalorização da moeda nacional.

Difícilmente um Banco Central implementa um regime de câmbio fixo, já que sua função como Banco Central é estipular juros e manipular a base monetária, e nesse regime cambial a taxa tem de ser imutável.

É utilizado um Currency Board, uma agência de conversão, que tem como função converter a moeda nacional em uma moeda estrangeira específica, denominada moeda-âncora, segundo Sachs & Larrain (p.356) uma taxa cambial fixa também pode ser definida por uma nação quando ancora unilateralmente o valor da sua moeda ao da moeda de outra nação.

Nesse regime cambial, juros, base monetária e crédito variam de acordo com o mercado, não havendo política monetária.

Sob esse regime não a criação de moeda para injetar na economia em troca de um ativo, só é emitida moeda se receber um valor equivalente em moeda estrangeira.

Quando há um superávit no balanço de pagamentos, os bancos passam a possuir mais reservas, o que causa uma queda nos juros e uma expansão no crédito, trazendo com isso uma elevação nos preços.

As importações aumentam o que gera uma saída de capital, os juros sobem, desacelerando a economia e o balanço volta ao equilíbrio, ou seja, em um regime cambial fixo a base monetária e crédito são determinadas pelas forças de mercado, a China é um exemplo de país que adotou o regime cambial fixo.

### 5.3 REGIME DE CAMBIO FLEXÍVEL ADMINISTRADO

É uma mistura de Câmbio Fixo com o Câmbio Flutuante. O regime de Bandas Cambiais é um exemplo, ele adota uma flutuação para a taxa de câmbio, estabelecendo um teto e um piso, o câmbio flutua livremente entre os parâmetros superior e inferior, aproximando se do Regime Flutuante.

Entretanto, quando a taxa de câmbio aproxima se ou ultrapassa as bandas, as autoridades intervêm no mercado comprando ou vendendo moeda estrangeira até que a taxa retorne aos níveis estabelecidos.

Bandas cambiais são mais bem descritas como sendo similares a flutuações administradas com intervenções intramarginais e revertendo à média com intervenções marginais adicionais de defesa da banda nos raros casos em que a taxa de câmbio atinge os limites. (SVENSSON, 1992, p.136).

A amplitude da variação da taxa de câmbio depende dos interesses das autoridades econômicas, podendo ter uma flexibilidade maior (limites mais amplos), ou ter uma maior restrição fazendo com que o teto e o piso dessa flutuação sejam mais próximos.

O Banco Central faz intervenções diárias no mercado cambial para manter o câmbio dentro dos parâmetros estabelecidos por ele mesmo. O Banco Central tem que se atentar em determinar a política monetária e a cambial, diferente dos outros regimes em que só se determinava uma, a monetária no caso do regime cambial flexível, e a cambial no caso do regime cambial fixo.

Quando ocorre uma grande entrada de moeda estrangeira, a tendência é de uma apreciação do câmbio. Nessa situação o Banco Central compra essas moedas estrangeiras gerando moeda nacional, com isso se eleva a base monetária e o Banco Central vende títulos públicos para retirar a moeda nacional que ele mesmo criou.

Já quando há uma saída de moeda estrangeira, o câmbio tende a se depreciar, cabendo ao Banco Central então, vender moeda estrangeira para suprir essa demanda.

Sendo assim, o Banco Central tem que manter juros altos para evitar que as reservas caiam muito e continuar a atrair moeda estrangeira, o Brasil utiliza deste regime cambial.

## 6. POLÍTICA DE RENDAS

O governo tem capacidade de interferir nas forças do mercado e impedir seu livre funcionamento, no intuito atender interesses sociais do país.

A política de rendas consiste na interferência dos governos nos preços e salários praticados pelo mercado, com o objetivo de garantir o poder de compra dos trabalhadores, são usadas em períodos de aumento da procura e contra os efeitos da inflação.

O objetivo desse tipo de política de renda era romper com a correria de transmissão da inflação, sem afetar os status quo da distribuição de renda. Até porque se a tentativa fosse atacar os dois problemas simultaneamente, seria um duplo fracasso. (MARCELO NERI, 2002, p 54)

Visando uma redistribuição de renda e a justiça social, a política de rendas é um instrumento da política econômica que se baseia no controle da remuneração e fatores ligados diretamente a produção como salários, depreciações, lucros, dividendos e os preços dos produtos intermediários e final.

O seu objetivo é proporcionar a sociedade ganhos de poder aquisitivo, redistribuir a renda mínima a determinados setores, reduzir a inflação com a estabilidade dos preços.

Nem sempre a política de rendas funciona corretamente, nos anos 80 o Brasil estava iniciando experiências de combate à inflação o tabelamento de preços foi largamente utilizados e muitos produtores se julgaram lesados pelo fato do seu produto ter sido fixado a um preço muito baixo, com isso, deixaram de ofertar o produto.

Porém possui um efeito colateral negativo com o recrudescimento da inflação, o gatilho salarial passa a disparar mensalmente, iniciando um processo de indexação da economia, gerando a Inflação Inercial.

Atualmente a interferência dos governos nos preços e salários, tem sido reduzida devido ao grande risco, e varia de país para país, portanto os instrumentos a seguir são referentes ao Brasil, podendo ocorrer variações em outros países.

## **6.1 BOLSA FAMÍLIA**

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal, que atende as famílias que vivem em uma situação de pobreza ou extrema pobreza, ele contribui para uma melhora significativa na distribuição de renda do país.

Como o benefício está ligado à frequência escolar, há uma tendência que haja uma melhora extremamente significativa à renda familiar em longo prazo.

Contudo algumas famílias ao receber o Bolsa Família deixaram de trabalhar e passaram a viver dependendo do benefício, aumentando o número de desempregados.

Mas ainda assim beneficiou para que muitas famílias saíssem da pobreza e da extrema pobreza, dando a elas uma vida mais digna e um pouco mais justa.

## **6.2 SALÁRIO MÍNIMO**

Outro mecanismo dessa política é o salário mínimo, que é um decreto de lei nacional, ajustado anualmente, tendo como base o custo atual de vida de uma população, é o valor mínimo para um indivíduo manter à sua sobrevivência em uma sociedade capitalista.

No Brasil os sindicatos definem por categorias e funções os valores mínimos, além dos direitos e deveres dos trabalhadores.

O salário mínimo tem como objetivo acabar com a exploração dos trabalhadores, além de manter o poder aquisitivo do trabalhador, o que gera crescimento econômico.

### **6.3 POLITICA DE PREÇOS MÍNIMOS**

Há também a política de preços mínimos, cujo objetivo é garantir os preços ao produtor agrícola, para protegê-lo das flutuações do mercado.

É um instrumento de comercialização da produção agrícola, que pode ocorrer pela equiparação do preço ao valor do mercado, pela compra ou pela subvenção.

Se os preços de mercado, para uma determinada colheita, foram superiores ao preço mínimo, o agricultor vende ao mercado, mas se o preço mínimo for superior ao praticado pelo mercado, o governo determinará se o produtor vende a ele pelo preço mínimo, ou ao mercado ficando o governo encarregado de cobrir a diferença de valor entre o preço mínimo e valor do produto vendido ao mercado.

É muito criticada pelos produtores, porque os patamares estipulados não atendem o custo de produção, deveria funcionar como instrumento de equilíbrio entre oferta e demanda.

### **6.4 SEGURO DESEMPREGO**

O seguro desemprego é uma ferramenta de transferência de renda, onde o governo auxilia, com um salário mínimo, o cidadão que foi demitido de sua função sem justa causa.

O seguro desemprego tem grande impacto na economia em garantir o poder aquisitivo daquele cidadão, pois sem emprego, esse cidadão deixa de consumir.

O benefício é pago a aqueles cidadãos que trabalharam com carteira assinada e se enquadram nos requisitos estabelecidos pelo governo, e é pago por um tempo determinado, que varia de acordo com o tempo de serviço.

## 7. CONCLUSÃO

A economia é um setor muito estável, com muitos fatores incontroláveis, o que torna sua administração complexa e cautelosa, pois erros na administração econômica levam a série de acontecimentos em escala.

Por esse motivo os governos tem que se atentar a todas as variações de mercado, tanto do mercado nacional, como do internacional, e avaliar suas tendências, para estipular metas e objetivos que encaminhem a sociedade ao desenvolvimento e gere bem-estar a sociedade, pois o bem-estar social tem que ser o principal objetivo da administração pública.

Foi possível observar ao longo desse trabalho o quanto a economia é complexa e interligada a fatores incontroláveis, porem o governo tem em mãos muitos instrumentos para regular a economia dentro dos parâmetros econômicos e garantir o poder aquisitivo dos cidadãos, controlar a moeda corrente, controlar a inflação, entre outros.

Claro que como a economia não é um cálculo exato, não possui um passo-à-passo de como mantê-la sempre forte dentro do cenário econômico, atingindo o pleno emprego e inflação baixa, eventualmente os países passam por turbulências, como a Grande Depressão que teve inicio em 1929, e persistiu até o fim da Segunda Guerra Mundial, causada por uma quebra na Bolsa de Valores de Nova York.

Enfrentamos a crise econômica mundial de 2008, que teve como causa a falência do banco de investimentos Lehman Brothers Holding Inc. de Nova York, que atuava no mundo inteiro, sua falência gerou um efeito em escala atingindo os sistemas econômicos do mundo inteiro.

Atualmente enfrentamos no Brasil um momento de incertezas, onde passamos por um estado de estagnação na economia, ocasionada por uma série de fatores de má administração pública, como infraestrutura, planejamento em longo prazo, credibilidade do governo (com os escândalos de corrupção o governo brasileiro perdeu sua força de credibilidade dentro do cenário nacional e internacional), submissão da política econômica à política partidária e por

iniciar relações com países não democráticos, como Cuba, ao invés de continuar a manter relações com os Estados Unidos e a Europa.

Cabe ao governo a missão de tomar as medidas necessárias para que a economia volte a normalidade, com a implementação de políticas econômicas e planos de ação voltados em trazer de volta a confiança dos investidores, o que alavancaria o crescimento econômico.

Como ocorreu nas crises de 1929 e 2008, onde os planos de ação do governo foram corretamente aplicados e trouxeram de volta a economia a sua normalidade.

Por tanto, podemos concluir com esse trabalho que o governo exerce papel chave na economia e uma má administração pública gera períodos de recessão econômica, como o que vivemos atualmente no Brasil, e cabe a administração pública estabelecer políticas econômicas para combater essas recessões e estabilizar a economia, com foco no bem-estar da sociedade e no crescimento econômico, para possamos chegar ao patamar de um país desenvolvido.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

TROSTER, Roberto Luís; MORCILLO, Francisco Mochón. **Introdução à economia**. São Paulo: MAKRON Books, 2004. 404p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Economia Micro e MACRO**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, 439p.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1999. 635p.

SACHS, Jeffrey D.; LARRAIN, Felipe B. **MACROECONOMIA**. São Paulo: MAKRON Books, 904p.

DORNBUSH, Rudiger; FISHER Stanley. **MACROECONOMIA 5º ed**. São Paulo: MAKRON Books, 1991, 930p.

CASTRO, Antônio Barros de; LESSA, Carlos Francisco. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: FORENSE UNIVERSITÁRIA, 1974, 162p.

ROSSETTI, José Paschol. **POLÍTICA E PROGRAMAÇÃO ECONÔMICAS**. São Paulo: Atlas, 1987, 349p.

SVENSSON, Lars E. O. **An Interpretation of recente research on Exchange rate target zones**. Journal of Economic Perspectives, v. 6, n. 4, p.119-144, Fall 1992.

KURY, Adriano da Gama; **Minidicionário Gama Kury**. São Paulo: Editora FTD. 2001. P.859

BM&FBOVESPA. **Introdução à economia e aos Indicadores Financeiros**. Jan. 2012. Disponível em: <[http://www.lojavirtual.bmf.com.br/lojaIE/portal/pages/pdf/apostila\\_PQO\\_Cap\\_02\\_V2.pdf](http://www.lojavirtual.bmf.com.br/lojaIE/portal/pages/pdf/apostila_PQO_Cap_02_V2.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2015.

BARBOSA, F. H. **Política Monetária: Instrumentos, Objetivos e a Experiência Brasileira.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquiv/Polimone.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

NERI, M. **Conjuntura Econômica.** Set. 2002. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/CPS/artigos/2002/IN%C3%A9rcia%20e%20pol%C3%A9dticas%20de%20renda\\_Setembro2002\\_RCE.pdf](http://www.cps.fgv.br/CPS/artigos/2002/IN%C3%A9rcia%20e%20pol%C3%A9dticas%20de%20renda_Setembro2002_RCE.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2015.

CAPACLE, V. H.; LIMA F. **Rev. de Negócios Internacionais.** 2006. Disponível em: <[http://www.unimep.br/rni/n6/RNI6\\_art05.pdf](http://www.unimep.br/rni/n6/RNI6_art05.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2015.

Imagem disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2013/05/inflacao/page4/images/006graficoPqOsPr ecosSobem.jpg>> Acessado em: 20 mai. 2016.

#### **Sites visitados:**

<http://www.mises.org.br/> Acesso em: 10 abr. 2016.

<http://www.conjur.com.br/> Acesso em: 15 abr. 2016.

<http://m.politicamonetaria.webnide.com.br/> Acesso em: 15 abr. 2016.

<http://economiaclara.wordpress.com/> Acesso em: 19 abr. 2016.

<http://www.bcb.gov.br/> Acesso em: 23 abr. 2016.

<http://infoescola.com/economia/> Acesso em: 23 abr. 2016.

<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/> Acesso em: 26 abr. 2016.

<https://economiafenix.wordpress.com/> Acesso em: 15 mai. 2016.

<http://www.empreendedoresweb.com.br/atual-situaçao-economica-do-brasil/>  
Acesso em: 23 mai. 2016

<http://fema.edu.br/index.php/noticias/1504-professor-da-fema-analisa-crise-economica-do-pais.html> Acesso em: 01 jun. 2016